

Geopolítica, Segurança Jurídica e Inserção do Brasil na Questão Energética Internacional

João Eduardo de Alves Pereira*

Resumo

Neste artigo, são apresentados fatores geopolíticos que interferem diretamente na evolução da indústria mundial do petróleo e gás natural. A análise, mesmo breve que se faz aqui, procura contribuir para uma melhor compreensão do quadro de instabilidade e volatilidade dos mercados internacionais de energia, nesta primeira década do século XXI. Para o Brasil, que, com a flexibilização da legislação do setor nos anos 1990, vem obtendo considerável crescimento da produção de hidrocarbonetos fluidos, a ponto de estar próximo de uma situação de sustentabilidade de sua auto-suficiência e de ser cogitada a condição de potencial fornecedor de petróleo e derivados nos mercados internacionais (caso se confirmem as informações sobre o grande volume das jazidas de óleo e gás descobertas na província geológica da Bacia de Santos), torna-se cada vez mais importante traçar estratégias que valorizem: de um lado, a capacidade de atração de capitais, a exemplo da consolidação e do aperfeiçoamento de marcos regulatórios; e, de outro lado, a inserção geopolítica do país no cenário energético internacional. A valorização geopolítica do Estado brasileiro, à medida que venha a se confirmar sua vocação como potência energética, permitirá, sem dúvida, reforçar tradicionais postulados da política externa do país, baseados na cooperação e na paz entre as nações.

Palavras-chave: Geopolítica da Energia; Regulação e Legislação da Indústria de Petróleo e Gás Natural; Segurança Jurídica; Relações Internacionais Contemporâneas.

Abstract

This article presents geopolitical factors that deal with the oil and natural gas industry's evolution. This analysis, even short, search for a better understanding of the international markets of energy instability, in this first decade of century XXI. In this context, Brazil, after shifting the oil and gas laws in 1990's, comes getting considerable growth of the production of fluid hydro-carbons, and

* Doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Professor do Curso de Pós-graduação em Direito e do Depto. de Disciplinas Básicas da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: jealvespereira@gmail.com

now is to be next to a situation of support of its self-sufficiency. The country has also a potential condition of oil and gas supplier in the international markets (if information of large oil and gas reserves recent discovered in the geologic province of Bacia de Santos will be confirmed). So, it becomes necessary getting new strategies to increase: the capacity of attracting investments, such as regulation laws; and, the country's geopolitical insertion in international the energy scene. The geopolitical valuation of the Brazilian State, as a global energy supplier, will allow, there is no doubt, to strengthen traditional postulates of its external politics, based on cooperation and peace between the nations.

Keywords: Geopolitics of the Energy; Regulation and laws of the Industry of Oil and Natural Gas; Contemporary International Relations.

Introdução

O presente artigo faz uma rápida análise de fatores de natureza geopolítica que intervêm no funcionamento e estabilidade dos mercados de petróleo, gás natural e biocombustíveis, nesta primeira década do século XXI. Urge observar que a estabilidade desses mercados é fundamental para o equilíbrio do sistema e da economia internacionais, uma vez que o abastecimento regular de energia possibilita o crescimento dos níveis de produtividade social e econômica.

Para o Brasil, que, com a nova redação do art. 177 trazida pela Emenda Constitucional 09/95 e a edição da lei 9478/97, procedeu à flexibilização dos setores de pesquisa, lavra, transporte e refino de petróleo e gás natural, é importante o acompanhamento do cenário internacional, sobretudo quanto à questão da (in)segurança energética mundial, para que se formulem estratégias eficientes à atração dos investimentos necessários ao alcance de uma sustentável situação de auto-suficiência.

Na verdade, a realização desses investimentos poderá levar o país além, ou seja, à condição de fornecedor de petróleo e gás natural para os mercados de energia sul-americano e mundial. Isso parece se comprovar com a recente descoberta do mega-campo de Tupi, com cerca de seis bilhões de barris, na Bacia de Santos. Especula-se que o enorme potencial produtivo dessa província geológica levará a uma mudança considerável da posição ocupada pelo país na economia globalizada e em sua inserção geopolítica mundial, o que não quer dizer que se devem abandonar tradicionais postulados de defesa da cooperação e da paz entre as nações. Novos desafios, portanto, parecem se colocar à política externa brasileira.

Quanto maior for o potencial de ocorrência de conflitos políticos e tensões diplomático-militares, bem como a percepção do risco de mudanças

drásticas das regras e marcos regulatórios, nos países que possuem as maiores reservas mundiais e/ou naquelas de menores custos de prospecção, especialmente as do Golfo Pérsico, maior será a relevância estratégica da exploração em regiões alternativas, a exemplo da costa ocidental do Atlântico Sul, ou seja, da plataforma continental brasileira. Numa visão realista das relações internacionais, os elevados riscos geopolíticos no Oriente Médio e na Ásia Central pressionam as cotações do óleo cru e do m³ de gás natural no exterior, e, com isso, os custos operacionais mais elevados de exploração em águas profundas brasileiras se reduzem em termos relativos, atraindo inversões.

Por se tratar de um artigo breve, a análise dos fatores e riscos geopolíticos será feita em apenas uma seção. Após, serão apresentadas as conclusões.

Geopolítica do Petróleo e Gás Natural e (In)Segurança Energética Neste Início de Século XXI

O conhecimento de fontes energéticas e de suas aplicações foi um fator decisivo para o desenvolvimento da civilização. Os ciclos de formação, apogeu e decadência de diversas civilizações ao longo da história estão relacionados diretamente com as respectivas capacidades em garantir o abastecimento regular de suas demandas energéticas. Nesse contexto, a civilização da II Revolução Industrial (1860-1960/70) somente pode ser compreendida pela emergência, a partir da segunda metade do século XIX, do petróleo como fonte energética principal. A indústria de petróleo e de gás natural impôs-se, na verdade, como a maior indústria de todo o século XX. Nas economias dos EUA e em algumas da União Européia, a propósito, a participação do setor se aproxima dos 20 % do PIB. Na Rússia, cerca de 60% ¹.

Com tamanha relevância econômica, o petróleo não poderia deixar de ganhar o caráter de estratégico para as sociedades e para seus respectivos Estados nacionais. A esse respeito, basta recordar que a ascensão de norteamericanos e soviéticos à condição de superpotências no II pós-guerra não pode ser desvinculada do fato de que possuíam soberania sobre jazidas de grande porte e/ou controlavam acessos àquelas localizadas em outros territórios.

Contudo, com o fim da Guerra Fria e com a ascensão, nos anos 1990, do ideário neoliberal, difundiu-se em ambientes acadêmicos e mesmo na mídia a visão de que a questão dos mercados de energia não deveria ser vista como

¹ Economides, M. e Oligney, R.. *The Color of Oil*. Katy, Texas: Round Oak Publishing Company, 2000.

de caráter geopolítico. Economides e Oligney², a exemplo de outros arautos da grande indústria norte-americana de petróleo e de gás natural (o “big oil”), defendem que a presença do Estado no setor traz graves problemas às próprias sociedades. As leis de mercado bastariam para manter o setor em equilíbrio, o que pressuporia que o preço justo seria sempre o preço de mercado. Racionamentos, tabelamentos ou congelamentos de preços, regulamentações, cotas de produção interna e etc. desestimulariam os produtores, provocando quedas no volume ofertado – e, assim, elevações de preços ao consumidor final. Nesse contexto, petrolíferas estatais (fundadas no Terceiro Mundo, a partir do exemplo pioneiro da PEMEX em 1938) deveriam ser privatizadas, em virtude da suposta ineficiência da administração pública face aos padrões demandados nessa indústria. E até a regulação antitruste deveria ser branda, embora o setor seja marcado por óbvias barreiras à entrada de novos concorrentes. Fusões e incorporações ampliariam, contudo, a capacidade de investimento em novas e caríssimas tecnologias entre as empresas participantes da cadeia produtiva.

Cabe, todavia, aceitar como válido um argumento da crítica de Economides e Oligney³ à ação do Estado: a instabilidade do ambiente político e a eventualidade de constantes mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas podem inviabilizar projetos já implantados ou em vias de implantação ou expansão. Negócios de petróleo e gás natural são de longa maturação. Ilustram o fato as novas condições de operação impostas à Petrobrás na Bolívia pelo governo do Presidente Evo Morales, desde 2006.

Mas, poderia o Estado ficar alheio a essa indústria que tem uma cadeia produtiva bastante diversificada e uma grande capacidade de geração de empregos e impostos? Quando os preços sobem e a oferta de combustíveis e outros derivados de petróleo e gás natural (que são típicos bens de consumo inelástico) se torna escassa e/ou instável, não é ao Estado que a opinião pública exige a tomada de medidas e soluções, inclusive a de manter estoques estratégicos ou reguladores? E quando há acidentes ecológicos, a exemplo do grande vazamento de petróleo no Golfo do México neste ano de 2010, não cabe ao Poder Público socializar a recuperação do meio ambiente e financiar outros custos intangíveis?

Em outros termos, quando a oferta mundial não se eleva na mesma proporção do crescimento da demanda, o caráter geopolítico se torna mais evidente. Todavia, quando há abundância, ouvem-se as vozes do mercado afirmar que as leis deste bastam para o funcionamento eficiente do setor.

² Economides e Oligney (2000), *idem*.

³ Economides e Oligney (2000), *idem* p.3.

Foi o que aconteceu entre meados da década de 1980 os anos de 1998/99. A entrada em produção, a partir do final dos anos 1970, de novos campos petrolíferos e de gás natural em águas profundas no Mar do Norte, no Golfo do México e nos litorais oriental e ocidental da América do Sul e da África, respectivamente, elevou a oferta internacional sobremaneira, reduzindo os preços que tiveram picos em 1973 (de US\$ 3,00 para US\$ 12,00) e em 1979 (de US\$ 17,00 para US\$ 34,00). Regulamentações excessivas do mercado de gás natural foram removidas nos EUA (o maior consumidor mundial), assim como novas tecnologias para sua armazenagem ampliaram o seu potencial de utilização. A maior eficiência no uso de combustíveis e outros derivados, associada ao desenvolvimento, mesmo incipiente de fontes alternativas, também colaboraria para um quadro de abundância. Em 1986, o barril de óleo era então negociado a US\$10,00. Com isso, decaiu o percentual do mercado abastecido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em relação à produção de não-membros. A importância estratégica daquela organização parecia não mais causar receio ao Ocidente, conforme ocorrera nos dois choques dos anos 1970.

Naquela época, tudo parecia confirmar que a matriz energética mundial se livrara do intervencionismo estatal e das formulações estratégicas e geopolíticas. As bolsas de “commodities” e de futuros passaram a negociar contratos de curto prazo para entrega de petróleo e gás natural, substituindo de vez os tradicionais contratos de longos prazos entre produtores e consumidores. Dependentes da importação de tecnologias e assistência técnica, as empresas estatais de países do Terceiro Mundo tiveram de buscar parcerias com as grandes corporações transnacionais, abrindo muitas vezes seus capitais a investidores estrangeiros. Dificuldades financeiras dos respectivos tesouros nacionais – derivadas da própria queda dos preços do barril na década de 1980 – levariam petroleiras estatais – a exemplo da mexicana PEMEX em 1982 – a lançar títulos no mercado financeiro internacional (os “petrobonds”), ou seja, a tomada de decisões naquelas empresas passou a estar condicionada às avaliações do mercado financeiro internacional. Por fim, a difusão do paradigma neoliberal, por sua vez, influenciaria a decisão de alguns governos em privatizar suas estatais ou flexibilizar as legislações pertinentes, a exemplo do fim da exclusividade da Petrobrás na execução do monopólio estatal, segundo a nova lei brasileira de petróleo e gás natural (lei 9478/97).

Na realidade, dois fatores geopolíticos foram de fundamental relevância para o crescimento da oferta de óleo e gás no mercado internacional e a crise por excesso de demanda e baixas cotações de 1986:

a) o primeiro se refere à Guerra Fria. Caso as cotações do barril se mantivessem em alta (em decorrência de uma eventual propagação no

mundo árabe-muçulmano da revolução islâmica preconizada pela teocracia iraniana), a URSS, exportadora de petróleo ao Ocidente via mercado “spot” (à vista), teria obtido recursos suficientes, talvez, para que a “glasnost” e a “perestroika” de Mikhail Gorbatchev evitassem a desintegração daquela superpotência. Era preciso derrubar as cotações dos anos 1970. Para isso, a Arábia Saudita (com 25% das reservas mundiais de petróleo e 4,1% de gás natural) deveria colocar uma produção crescente nos mercados internacionais, pondo em xeque a política de cotas e a própria unidade da OPEP;

b) o segundo se relaciona ao acirramento das tensões e conflitos diversos no mundo árabe-muçulmano. Um desses eventos era a disputa pela condição de potência regional principal que resultaria em grandes aquisições de armamentos ou no desenvolvimento de caros programas de produção de armas, inclusive, químicas, biológicas e nucleares. Armamentismo, revoluções e guerras (a maior delas entre Iraque e Irã, de 1980 a 1988) acabariam por erodir as finanças de países importantes da OPEP e por endividá-los. O corolário não foi outro senão o da maior oferta de óleo e o não-cumprimento das respectivas cotas de produção.

Se por um lado as tensões entre países membros da OPEP e em especial os do Oriente Médio traziam uma maior oferta internacional de petróleo, por outro lado implicavam riscos à estabilidade mundial, nos anos 1980. Os EUA, que haviam substituído os britânicos a partir da Crise de Suez (1957) no papel de provedores da segurança regional, ampliaram ainda mais sua presença militar no Golfo Pérsico, embora já houvessem reduzido a importância relativa das importações de óleo cru do Oriente Médio em sua matriz energética. Armitage⁴ afirma que ao longo da década de 1990, excluindo-se as operações de patrulha das águas internacionais do Golfo Pérsico e ao evento de grande envergadura que foi a Guerra do Golfo (1991), os estrategistas norte-americanos, agora, no governo de Bill Clinton (1993-2000) efetivaram uma redução dos gastos militares na região: havia abundância de petróleo no mercado internacional. Em contrapartida, centralizaram sua ação na aplicação de sanções (61 no total), decididas com ou sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU, a governos considerados hostis no mundo árabe-muçulmano. Em outras situações, bombardeios ditos “cirúrgicos” eram realizados no Iraque, o que não deixava dúvidas quanto à manutenção de sua presença militar na região. Além disso, os então promissores avanços no processo de paz entre israelenses e palestinos faziam crer numa relativa redução das tensões no Oriente Médio.

⁴ Armitage, R. L. “The New Geopolitics.” In: Bloomfield Jr., L. P. *Global Markets and National Interests: the new geopolitics of energy, capital, and information*. Washington (D.C.): Center for Strategic and International Studies, 2002. p. 3-9.

Para Armitage⁵, ocorreu, contudo, que a aplicação de sanções a países produtores, como o Iraque e a Líbia, resultaria numa redução significativa na oferta mundial de petróleo, numa conjuntura internacional que passaria a ser marcada na presente década de 2000, entre outros fatores, pela:

a) ocorrência de forte crescimento da demanda de combustíveis nos EUA, em decorrência do incremento do produto interno nos oito anos do governo Clinton - a “exuberância irracional” de que falava à época o Presidente do Banco Central daquele país, Alan Greenspan. A “exuberância” norte-americana sustentaria o crescimento econômico em outras partes do mundo, o que fez com que a demanda internacional por petróleo se elevasse à média de 2,0% ao ano. Fato que se manteria nos anos seguintes com a administração de George W. Bush, mesmo com as previsões de uma profunda recessão, decorrente operações financeiras de alto risco no setor imobiliário (o que viria a se confirmar, a propósito).

b) extraordinária taxa acumulada de crescimento econômico desde os anos 1980 na Ásia, especialmente, na China e na Índia - países, aliás, não-diretamente afetados pela crise de 1998. Mesmo com a referida crise, a demanda por óleo no continente chegaria a 1,8% ao ano na década de 1990. No caso dos chineses, de exportadores de petróleo até 1992, converteram-se rapidamente em grandes importadores, inclusive, de gás natural - apesar da ampliação significativa do consumo de carvão mineral;

c) ampliação da dinâmica de transformação do mercado de petróleo e gás natural num mercado de “commodities”. Trata-se de um mercado “on-line”, aonde a rapidez de obtenção de dados e informações é preciosa à tomada de decisão pelos seus agentes. No “e-commerce” norte-americano, os negócios diários de gás natural alcançavam a 25% do total, em 1999. A instabilidade inerente aos mercados financeiros, com isso, passou a estar presente no setor energético;

d) desvalorização do dólar norte-americano. Para os países produtores e exportadores de petróleo, membros ou não da OPEP, seria economicamente interessante ter como base de suas operações uma unidade monetária com maior capacidade de manter ou reservar valor que o dólar norte-americano. Se politicamente o uso do euro (ora em crise) não for viável, em função da previsível reação norte-americana a essa mudança, a solução, assim como em 1973, seria elevar as cotações do petróleo e do gás natural em dólar norte-americano. Ou seja, há uma tendência à elevação de preços para compensar o enfraquecimento da moeda nacional norte-americana. Por outro lado, cotações mais altas de óleo e derivados poderiam criar saldos negativos

⁵ Armitage, R. L. (2002),idem p.06.

em balanças de pagamentos de países subdesenvolvidos (a exemplo do que aconteceu nos anos 1970), o que os levaria à busca por dólar norte-americano no mercado financeiro internacional e, assim, à revalorização da referida moeda;

e) elevação da competição no setor, como resultado de processos de desregulamentação, privatização de companhias estatais, alianças e fusões entre grandes empresas de atuação transnacional. No tocante à privatização, registramos que a instabilidade própria da atividade empresarial saiu da esfera relativamente protegida dos tesouros nacionais, passando aos novos controladores;

f) introdução de novas tecnologias, inclusive em setores de informação, incorporando novos atores a esse mercado;

g) incorporação de maiores taxas de risco e de custos de produção, em virtude de legislações ambientais recentes que seguem novos padrões de consumo e decorrem da ação política de atores da sociedade civil internacional, a exemplo de movimentos como o “Greenpeace”;

h) perspectiva de elevação nos próximos anos da importância relativa da produção da OPEP, em virtude dos campos de petróleo das novas regiões produtoras dos anos 1980, a exemplo do Mar do Norte, estarem próximos do seu ápice ou mesmo já terem ultrapassado esse ponto. No Mar do Norte, aliás, o provedor de mais de 50% da elevação da demanda do Ocidente nos anos 1980/90, a produção teria “picado” em 2000. Doravante, o volume de óleo extraído começará a cair e os custos de exploração tendem a se tornar cada vez maiores. Estima-se que em 2020, a OPEP terá recuperado o percentual de mercado anterior ao I Choque de 1973, qual seja: 60%;

i) incorporação de ainda maior complexidade às tensões políticas internas em países da OPEP que podem desestabilizar o mercado, a exemplo da Arábia Saudita, aonde setores da população começaram a questionar a aliança do país com os EUA, após a “Guerra do Golfo”, em 1991. Concepções fundamentalistas do Islã se difundem rapidamente entre os setores mais jovens das populações, bem como um sentimento anti-ocidental (senão, anti-americano). Alguns governos de países membros da OPEP, embora nos bastidores estejam alinhados com interesses do Ocidente e do Japão, têm benefícios políticos com esse ambiente hostil, à medida que se imputa aos últimos a culpa pelo insucesso de suas estratégias econômicas e sociais. Além da Arábia Saudita, são fundamentais para a estabilidade da OPEP o futuro da teocracia iraniana (8,6% das reservas mundiais), os conflitos religiosos e separatistas da Nigéria (2,3%) e os desdobramentos da República Bolivariana de Hugo Chávez (7,4%);

j) crescente instabilidade da política internacional, após os atentados

de 11 de Setembro de 2001. Resultam e retro-alimentam a instabilidade internacional a campanha do Afeganistão sob as bençãos da ONU, o unilateralismo na ocupação do Iraque em 2003 e os atos terroristas de separatistas chechenos na Rússia. Cabe destacar que o unilateralismo norte-americano decorreu, na gestão de George W. Bush, da adoção de um novo padrão de afirmação geopolítica baseado na ampliação da já forte presença militar desde o litoral oeste da África do Norte até o Oriente Médio (o chamado “Arco da Crise”), incorporando agora o Cáucaso e a Ásia Central pós-soviética. Apesar do discurso multilateralista, o governo Obama não vem cumprindo a promessa de campanha de reduzir a presença militar norte-americana no Mundo Islâmico;

k) desintegração do processo de paz entre o Estado de Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Todos esses fatores geopolíticos e geoeconômicos atuais fizeram com que, desde o final dos anos 1990, as cotações do petróleo e do gás natural voltassem a apresentar um comportamento ascendente e instável. Os preços do barril de petróleo atingem picos, superam recordes anteriores, e caem em seguida com certa rapidez. Mas, não retornam a níveis considerados como efetivamente baixos. Na verdade, preços baixos inviabilizariam a produção de campos e poços, cujos custos de prospecção são bem mais altos que os do Oriente Médio ou do Golfo do México. Esses campos e poços se localizam em águas profundas, em áreas de difícil acesso (no Alasca, por exemplo) ou são zonas antigas de produção reativadas ou ampliadas em sua vida útil, em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias de exploração.

Ou seja, encerrou-se a era do petróleo abundante e barato. De fato, não pode ser barato, porque isso, afinal, reforçaria a posição da OPEP no mercado internacional de energia. Ademais, os lucros extraordinários, que as corporações transnacionais e mesmo as estatais de petróleo e gás natural vêm obtendo, são fundamentais para o financiamento de projetos estratégicos que lhes permitirão atuar em outros negócios e ramos energéticos a médio e longo prazos.

Em 1999, à título de ilustração, o barril do petróleo WTI (o denominado cru leve americano) negociado na NYMEX, a bolsa de “commodities” de Nova Iorque, subiu de US\$ 12 para US\$ 27, ou seja, variou em mais de 100% durante um mesmo ano. Em 2004, as cotações superaram os US\$ 50 por barril. Em setembro de 2005, ultrapassaram os US\$ 70, em virtude da passagem de mais de uma dezena de furacões de alta intensidade no Golfo do México e no sul dos EUA, mas não se estabilizaram nesse patamar. Em 2006, superaria os US\$ 70, em razão da crise internacional provocada pela decisão – soberana - do Irã em retomar seu programa nuclear, a despeito

das restrições das grandes potências com direito de voto e veto no Conselho de Segurança da ONU. Em 2007, chegariam perto dos US\$ 100. Essa marca foi superada ao longo do primeiro semestre de 2008, o que teve como uma de suas principais causas a aceleração da perda do valor da moeda americana, em razão da crise de confiança na capacidade de grandes bancos e instituições financeiras norte-americanas, que, ao longo dos últimos anos, estavam a conceder empréstimos imobiliários, sem a devida consideração quanto aos altos riscos de insolvência dos mutuários.

Ou seja, o mercado de petróleo e de gás natural tornou-se estruturalmente mais instável do que já era no passado. A palavra no jargão do mercado é volatilidade. Em termos microeconômicos, isto significa que as empresas tendem a trabalhar com estoques pequenos de óleo cru e/ou de derivados, para não incorrerem em fortes prejuízos. A tendência a crises de desabastecimento cresceu, o que obviamente justifica a presença do Estado, inclusive, como proprietário de reservas estratégicas. Nos EUA, elas atingiam a 575 milhões de barris ou 55 dias de consumo, em 1999. Já na UE, chegavam a 90 dias de consumo no mesmo ano, conforme informações de Armitage⁶.

A volatilidade estrutural do mercado, a elevação de tensões geopolíticas, a perspectiva de aquecimento global e o consenso entre os geólogos e engenheiros especializados, de que a humanidade consumiu, desde 1859, a metade das reservas de petróleo e gás natural legadas pela natureza, não estariam a indicar a premente necessidade de substituição desses recursos fósseis por fontes renováveis? A resposta é obviamente positiva, mas a questão é de prazo, segundo Rifkin⁷. A curto e médio prazos, salvo fatos ou eventos extraordinários, não há previsão de que se possa obter em outras fontes, já conhecidas, o mesmo quantum energético proveniente da queima de petróleo e gás natural.

Considerações Finais

A importância do Brasil no cenário energético internacional – marcado pela perspectiva de elevação da insegurança no abastecimento de petróleo e gás natural – se tornou relativamente maior nos últimos anos, em razão do potencial de crescimento da produção de petróleo, gás natural e ainda de biocombustíveis (sem contar o potencial nos campos das energias hidrelétrica, nuclear e de fontes alternativas). O Estado brasileiro,

⁶ Armitage, R. L. (2002), *idem* p.06.

⁷ Rifkin, J. A Era do Hidrogênio. São Paulo: Makron Books, 2004.

reconhecendo suas potencialidades e limitações estratégicas diante de vetores geopolíticos atuais, alguns dos quais rapidamente analisados ao longo do presente artigo, deve planejar a adoção de medidas que ampliem a eficiência de sua participação estratégica no setor de petróleo e gás natural, a exemplo da redução de custos diversos que interferem na atração de investimentos estrangeiros – especialmente aqueles feitos em parceria com a Petrobras e com as empresas privadas nacionais que passaram a atuar no setor, após 1997. Isso pressupõe o desenvolvimento de tecnologias e o contínuo aperfeiçoamento de marcos regulatórios, com a consequente consolidação de um ambiente de segurança jurídica.

Ao mesmo tempo, também é útil considerar o fato de que a história da indústria do petróleo e do gás natural é marcada, desde as primeiras décadas do século XX, por conflitos, guerras e tensões diversas, em que os protagonistas são as grandes potências econômicas e militares, de um lado, e nações periféricas, de outro. Trata-se de uma concepção realista das relações internacionais e não um exercício de especulação fútil sobre teorias conspiratórias, ainda mais quando são divulgadas informações promissoras sobre grandes reservas de hidrocarbonetos na Bacia de Santos: o país poderá se transformar, inclusive, em exportador de petróleo, gás natural e derivados.

Em outros termos, numa conjuntura de elevação da volatilidade das cotações das “commodities” energéticas e de propagação de uma percepção de insegurança no abastecimento de energia em todo o mundo, o Brasil deverá assumir posições mais destacadas no cenário geopolítico internacional, o que, todavia, não significa o abandono dos tradicionais postulados da política externa brasileira, pautada na defesa da cooperação e da paz entre as nações. Pelo contrário, significa o seu reforço.

Referências

Armitage, R. L.. “The New Geopolitics.” In: Bloomfield Jr., L. P. “Global Markets and National Interests: the new geopolitics of energy, capital, and information.” Washington (D.C.): Center for Strategic and International Studies, 2002. p. 3-9.

Economides, M. e Oligney, R.. “The Color of Oil.” Katy, Texas: Round Oak Publishing Company, 2000.

Rifkin, J.. “A Era do Hidrogênio.” São Paulo: Makron Books, 2004.

Recebido em: 09/11//2010

Aprovado em: 07/07/2011

